

### ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA

**Data:** 22.10.2018

**Local:** Salão Nobre da Presidência (prédio-sede)

**Presenças:** JOÃO ALFREDO BORGES ANTUNES DE MIRANDA, Desembargador-Presidente da Seção Especializada em Execução (Coordenador);

ANITA JOB LÜBBE, Juíza do Trabalho Diretora do Foro trabalhista de Porto Alegre;

ELISABETE SANTOS MARQUES, Juíza do Trabalho Gestora da Execução no Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região;

MARCELO PAPALÉO DE SOUZA, Juiz Titular de Vara do Trabalho;

MARIA ENEIDA GIORDANI, representante indicada pela Corregedoria Regional;

GIOVANA INÁCIO GUIMARÃES, Diretora de secretaria da 10ª Vara do Trabalho de Porto Alegre;

ZANONI DUTRA FREITAS, Oficial de Justiça Avaliador Federal;

ALEXANDRE PAZ GARCIA, Coordenador de Execução de Mandados de Porto Alegre;

CAROLINA DA SILVA FERREIRA, Assessora-Chefe da AGE.

**Secretário:** Francisco José Fetter Furtado (AGE)

**Horário:** 13h – 15h

---

Aos 22 dias do mês de outubro do ano de 2018, às 13 horas, no Salão Nobre da Presidência do prédio-sede do Tribunal Regional do Trabalho 4ª Região, ocorreu reunião ordinária do Núcleo de Apoio à Execução, contando com as presenças acima nominadas. A reunião foi coordenada pelo Excelentíssimo Desembargador João Alfredo Borges Antunes de Miranda e pela Exma. Juíza Auxiliar da Presidência, Elisabete dos Santos Marques, conforme registro que segue: Juíza Elisabete iniciou a reunião dando as boas-vindas. A Eneida comentou que as notificações tem que ser feitas na pessoa do advogado. A Giovana falou de caso em que o advogado havia notificado o reclamante e, posteriormente, ele entrou com recursos alegando que o reclamante não havia sido notificado pessoalmente. O Dr. Marcelo comentou que seria interessante a centralização das notificações de grandes litigantes (Corsan, CEEE). A Eneida disse que ainda estão em negociação, visto que há impedimentos nos sistemas destas empresas para poderem receber e trabalhar. Quanto ao INFOSEG, a Eneida mencionou o provimento 233/2009, que regula a concessão aos executantes de mandados de informações e dados estratégicos, por meio dos sistemas INFOSEG e Consultas Integradas, para o

cumprimento de diligências de risco. A Dra. Anita disse que o JAEP tem acesso a vários programas que tem acesso a pesquisa patrimonial, podendo atender demandas dos oficiais de justiça. O Alexandre comentou que deve ser organizado fluxo para agilizar os procedimentos. Ele disse que a distribuição de mandados é diária, sendo o prazo das execuções de nove dias quando é caso de penhora e dez dias quando tem avaliação cominada. Nos demais casos, o prazo é de trinta dias. Ele disse que metade do volume de trabalho da Central de Mandados de Porto Alegre é cumprir notificação inicial de reclamado. Ele comentou que o INFOSEG vai auxiliar principalmente na execução. O Alexandre comentou que utiliza ferramenta de apoio à execução, mas que necessita aprimoramento. O Dr. João Alfredo comentou da possibilidade de ampliação desta ferramenta para toda a 4ª Região. O Alexandre disse que a Central de Mandados de Porto Alegre está criando ferramenta contendo o mapa de Porto Alegre, onde, para cada diligência negativa, é inserido um pin no endereço, nome da empresa e o que ocorreu. Este banco está sendo alimentado pela Central de Mandados e pode ser dado acesso a outras unidades da 4ª Região. A Dra. Elisabete comentou que foi feito contato com a SETIC, na busca de soluções. A Dra. Anita destacou a importância de troca de informações entre JAEP e Central de Mandados. A Carolina comentou sobre a FAE (Ferramenta de Apoio à Execução), que está sendo desenvolvida em parceria da AGE e SETIC, com a finalidade de ser um grande centralizador de informações referentes à execução. A AGE administrava a ferramenta, mas não havia muita efetividade da mesma, já que a Assessoria não tem grande afinidade com a matéria de execução. Foi feito ajuste, seguindo orientação do Comitê de Gestão Estratégica, para passar a administração da ferramenta para uma área mais afim, provavelmente a Corregedoria. Há uma série de sugestões de melhorias, inclusive a forma como a informação é visualizada. A SETIC já fez a entrega da ferramenta, que já está em funcionamento. Ela aguarda, agora, que as áreas que utilizarão o produto se manifestem para aperfeiçoamento da mesma. A Dra. Elisabete disse que o desenvolvimento da ferramenta pode ser acompanhado por dois integrantes do NAE (Alexandre e Giovana), além do Erion (JAEP) e a Corregedoria. A Carolina disse que foi disponibilizado no drive o banco de execuções reunidas, para utilização do JAEP. Neste mesmo banco do drive, o Alexandre poderia repassar as informações contidas no banco dos oficiais de justiça. A Carolina mencionou que o JAEP estava por confeccionar um manual com dicas para pesquisa patrimonial. A Dra. Anita e o Alexandre comentaram sobre a conveniência de criar uma Central de Execuções, agregando o JAEP e os oficiais de justiça. A Carolina informou que o JAEP já deu sugestões de melhoria da

ferramenta. A Carolina informou que o JAEP atualmente possui 10 servidores e o JACEP tem 12 servidores. O Alexandre sugeriu dar uma analisada na FAE e fazer sugestões. A Dra. Elisabete sugeriu que o grupo analise a FAE e envie sugestões até segunda da semana que vem. A Carolina disse que, em conversa com o Dr. Eduardo, que ele estaria disposto a desenvolver um tutorial de pesquisa patrimonial, para a Escola Judicial preparar e divulgar esse material. A Dra. Elisabete falará com o Dr. Eduardo, para verificar a possibilidade de disponibilização do material até o final do mês de novembro. A SETIC irá cadastrar os oficiais de justiça nas Varas do Trabalho para que possam incluir documentos, centralizando nos Coordenadores de CCDFs e nas Centrais de Mandados. Será realizada reunião em 29 de outubro, às 14 horas, na Direção do Foro de Porto Alegre, com a participação da Dra. Anita, Dr. Eduardo, Alexandre, Giovana, Erion, Jeferson Andrade e Lúcia (SETIC). A reunião terá como pauta o aprimoramento do FAE. Na sequência, foram analisados os dados da pesquisa realizadas nas Varas do Trabalho de Porto Alegre. Quanto a fazer diligência antes de expedir mandado de penhora, a Dra. Elisabete destacou que 100% fazem pesquisa no Bacenjud, 89% no Renajud e 14% no Infojud. A Giovana destacou a importância da FAE. A Dra. Elisabete comentou que, na reunião preparatória, serão ouvidas as dificuldades apontadas pelos oficiais de justiça, apresentados os resultados da pesquisa das Varas de Porto Alegre, a pesquisa realizada pela Corregedoria e o aprimoramento da FAE para utilização pelos oficiais de justiça. O Dr. João Alfredo comentou que, em casos que a empresa entra em falência, não é possível alterar a denominação no Pje, dependendo de atualização do cadastro da Receita Federal. A Carolina alertou sobre inconsistências que ocorrem nas execuções reunidas, e sugeriu que fosse feita uma varredura no sistema, por meio de trabalho da SETIC no banco de dados. A Carolina esclareceu que a FAE é um “robô” que passa no Pje colhendo informações. Quanto aos comentários da pesquisa, o Zanoni disse que os próprios oficiais de justiça poderiam fazer a pesquisa patrimonial. O Alexandre comentou sobre a ideia de fazer projeto piloto, visando a possibilidade do oficial de justiça fazer pesquisa patrimonial. A Dra. Anita disse para o Alexandre e mais dois servidores testarem a pesquisa patrimonial dos convênios. A Carolina comentou que cada sistema (Bacenjud, Renajud) tem diferentes autorizações quanto aos usuários em que é permitido o acesso. A Dra. Elisabete disse que há oficiais de justiça pró-ativos, sendo possível fazer piloto na 10ª., 13ª. e 15ª. e Varas de Porto Alegre e Vacaria. A sugestão seria de cinco varas do interior e cinco varas de Porto Alegre, com possibilidade de execução. O Alexandre sugeriu curso específico sobre técnicas de conciliação, com enfoque na realidade do oficial de justiça. O Dr. João Alfredo mencionou a



importância do contato do magistrado com o oficial de justiça. Reunião encerrada às 15 horas. Ata redigida pelo servidor Francisco José Fetter Furtado, Assessor-Chefe Substituto da Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais e validada eletronicamente pelos presentes ~~~~~